



Fronteras de la Historia

ISSN: 2027-4688

ISSN: 2539-4711

Instituto Colombiano de Antropología e Historia

DE MOURA, DENISE A. S.

Aprendendo com roteiros a comunicar por carta geográfica: cultura visual institucional de sertões e fronteiras conquistadas (século XVIII)

Fronteras de la Historia, vol. 26, núm. 2, 2021, Julho-Dezembro, pp. 7-37
Instituto Colombiano de Antropología e Historia

DOI: <https://doi.org/10.22380/20274688.1453>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83369244001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



S E C C I Ó N E S P E C I A L



Aprendendo com roteiros a comunicar por carta geográfica: cultura visual institucional de sertões e fronteiras conquistadas (século XVIII)

Aprendiendo de los guiones para comunicarse a través de un mapa geográfico: cultura visual institucional de tierras remotas y fronteras conquistadas (siglo XVIII)

*Learning from Scripts to Communicate using Geographic Maps:
Institutional Visual Culture of Backlands and Conquered
Borders (18th Century)*

DOI: <https://doi.org/10.22380/20274688.1453>

Recibido: 31 de julio de 2020

Aprobado: 11 de noviembre de 2020

.....
DENISE A. S. DE MOURA*

Universidade Estadual Paulista
denise.moura@unesp.br

R E S U M O

Sertanistas e missionários na América do século XVIII continuaram uma tradição castelhana de cultura visual baseada em

esboços, desenhos de itinerário e mapas que comunicaram seu sentido de espaço, território e lugar vinculado às suas

* Professora assistente, doutora em História do Brasil colônia na Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil. Desde 2015, vem desenvolvendo pesquisa em História da Cartografia com financiamentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). É membro associado da International Society for the History of the Map. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5104-6485>

memórias. Com o peso político alcançado pelos mapas nesse período, devido às disputas pela definição dos limites territoriais ibéricos, a Coroa portuguesa se viu diante da necessidade de superar sua condição deficitária de mapas das terras interiores. Para tanto, mobilizou governadores que, ao implantarem políticas de mapeamento do território, também desenvolveram uma cul-

tura visual institucional que se apropriou dos conhecimentos geográficos gerados pelos roteiros e pelos mapas de jesuítas, e os utilizou na confecção de suas imagens cartográficas com o objetivo de comunicar e traduzir campos e sertões para uma agenda imperial de sertões e fronteiras conquistadas, como mostram a correspondência oficial e os mapas de época.

Palavras-chave: materiais visuais, mapas, visualização, comunicação, estratégia de comunicação, política de comunicação

R E S U M E N

Los sertanistas y misioneros de la América del siglo XVIII continuaron una tradición cultura visual de origen castellano basada en bocetos, dibujos de itinerarios y mapas que comunicaban su sentido del espacio, el territorio y los lugares atados a sus recuerdos. Con el peso político que alcanzaron los mapas durante este período, producto de las disputas por la definición de los límites territoriales ibéricos, la Corona portuguesa se enfrentó a la necesidad de superar el déficit de su acervo cartográfico de las tierras interiores. Para ello, la Corona movilizó a

gobernantes que además de implementar políticas de mapeo del territorio desarrollaron una cultura visual institucional que se apropió del conocimiento geográfico generado por los guiones y los mapas de los jesuitas, empleando estos recursos para la elaboración de imágenes cartográficas diseñadas con el fin de representar y comunicar áreas y territorios remotos como parte de una agenda imperial de las regiones y las fronteras conquistadas, como se evidencia en la correspondencia oficial y los mapas de la época.

Palabras clave: materiales visuales, mapas, visualización, comunicación, estrategias de comunicación, política de comunicación

A B S T R A C T

Backwoodsmen and missionaries in 18th century America continued a Castilian tradition of visual culture based on sketches, itinerary drawings, and maps that communicated their sense of space, the territory, and the places linked to their memories. With the political

weight achieved by maps during this period due to the disputes for the definition of the Iberian territorial limits, the Portuguese Crown was faced with the need to overcome its deficient condition regarding the mapping of its interior lands. To this end, the Crown mobilized governors

who in addition to implementing policies for mapping the territory also developed an institutional visual culture that appropriated the geographic knowledge generated by Jesuits' maps and cartography, using these assets to make their

own cartographic images and represent and communicate areas and backlands as part of an imperial agenda toward the conquered territories and borders, as depicted in the official correspondence and maps of the time.

Keywords: Visual materials, maps, visualization, communication, communication strategies, communication policy.

Introdução¹



Imagens cartográficas de diferentes gêneros são artefatos que compõem o repertório da cultura visual e têm recebido crescente atenção dos historiadores europeus e latino-americanos para resolver problemas históricos das sociedades de vários períodos (Dym e Offen).

Desde a antiguidade, os fundadores da geografia, outros letRADOS e exploradores descreveram a superfície da terra, espaços, lugares e territórios² por meio de tratados científicos, relatos de viagens, desenhos de paisagens e mapas para audiências sempre mais receptivas ao visual em seus processos cognitivos (Kretschmer; Mitchell). Com a expansão ultramarina da época moderna, uma vasta produção de cartas náuticas, mapas, gravuras e desenhos de paisagem agregaram aos relatos de viagem informações visuais de oceanos, litorais, rios, continentes e humanidades dos Velhos e Novos Mundos (Russell-Wood 323-342; Cosgrove 161-162; Alegria *et al.*; Buisseret).

-
- 1 Parte das conclusões apresentadas neste artigo foram alcançadas em um de seus últimos projetos intitulado “Conhecimento da bacia hídrica dos sertões do Tibagi e diplomacia na formação dos limites meridionais do Brasil, 1768-1773”, financiado pela Fapesp (Proc. n.º 15/21136-3), e atualmente em fase de redação de livro.
- 2 “Espaços”, “territórios”, “lugares” e “paisagens” são entidades e fenômenos correlacionados e expressam diferentes processos. “Espaço” está sendo entendido como entidade historicamente determinada construída socialmente pelos grupos sociais. Um espaço contém territórios, lugares e paisagens. “Território” é definido pelo seu conjunto de sistemas naturais e pelas criações humanas que ampliam esses sistemas. “Lugar” diz respeito ao entorno vivido, que não se limita ao local, mas apresenta uma dimensão global. Por fim, “paisagem” é um tipo de palimpsesto, em que passado e presente se superpõem (Santos 29, 38-39, 67, 222, 231).

Enquanto a cartografia portuguesa ateve-se à representação visual da faixa litorânea da América (Alegria 1000), conquistadores e exploradores hispânicos e outros europeus ou assuncenos, tais como Ulrico Schmidl, Alvar Núñez Cabeza de Vaca, Luís de Cespedes Xeria e Ruy Diáz de Guzmán, produziram relatos que se tornaram fontes para a representação visual hispânica e europeia do interior do continente americano, especialmente das bacias amazônica e platina (Costa; Bonato, “Articulando escalas”).

Essa produção cartográfica do território adentro da América e de suas vias de penetração fluviais de autoria hispânica ou norte-europeia foi incrementada pelo trabalho de mapear e desenhar de alguns padres da Companhia de Jesus (Cardiff). No século XVIII, sertanistas somaram seus desenhos à já volumosa representação visual das terras interiores (Rodrigues). O maior envolvimento desses agentes sociais na produção desse tipo de imagens cartográficas esteve relacionado à própria expansão da colonização interna da América e consequente intensificação das disputas de acesso a terras e seus recursos naturais, tais como rios, lenhas, pastos e minerais (Bueno; Safier; Furtado; Lennox; Olmedo e Tamagnini; Peña-Ortega; Erbig).

A Coroa portuguesa, contudo, não acompanhou o movimento dos agentes sociais e, às vésperas da assinatura do Tratado de Madri, ainda era deficitária na produção de imagens do interior e em especial do sudoeste da América. Essa região era abrangida por um emaranhado de rios que desaguavam em três principais —o Paraná, o Paraguai e o Uruguai— e que, desde a década de 1730, era palco de acirrada disputa entre as duas Coroas ibéricas (Alden 71-82). Mesmo a missão oficial do padre matemático Diogo Soares, destinada a medir as longitudes do território do Brasil nesse período, não parece ter resultado em tantos mapas do interior, a interlocução entre o geógrafo D'Anville e o embajador D. Luis da Cunha, embora tenha envolvido a troca de mapas, fora uma experiência de gabinete para a produção de um mapa geral do Brasil (Furtado).

Esse déficit da Coroa portuguesa em termos de cultura visual institucional das terras do interior e em especial daquelas em franco processo de expansão da ocupação humana e nas quais recrudesciam as disputas com a Coroa da Espanha era um impasse a ser resolvido diante da sua reivindicação de soberania sem dispor de uma das principais ferramentas geopolíticas da época, como as imagens cartográficas (Peña-Ortega 80).

Assim, a partir da segunda metade do século XVIII e em especial após a assinatura do Tratado de Madrid, foi incrementada, no Império português, uma política de fomento ao desenvolvimento de uma cultura visual institucional

mais difusa pelas capitâncias do interior e em especial a do sudoeste, cujas terras eram limítrofes aos domínios de Espanha, como Mato Grosso e São Paulo. Essa política engajou governadores em expedições de mapeamento e produção de narrativas oficiais por meio de ofícios complementados por imagens diversas, tais como desenhos de itinerários, cartas geográficas e mapas produzidos por soldados, engenheiros militares ou geógrafos contratados avulsamente.

Essa, portanto, foi uma cultura visual institucional para subsidiar a comunicação oficial sobre espaços, territórios e lugares já conhecidos, ocupados, percorridos e representados por diferentes grupos sociais, tais como sertanistas, missionários, índios missionados ou não e pela cartografia hispânica ou do norte da Europa. Cabia à Coroa portuguesa, entretanto, construir a sua posição de agente predominante na produção dessa cultura que transformou campos ou sertões em fronteiras ou territórios conquistados.

Esse foi um fenômeno comum a toda a América hispânica, em especial no período dos Borbones, também patrocinadores de uma cultura visual institucional que contou com o engajamento de autoridades coloniais, embaixadores, secretários e engenheiros militares para consolidar sua soberania no continente (Olmedo e Tamagnini). Tal como foi mostrado, para algumas regiões da América, a legitimidade do avanço de vários processos próprios à colonização interna não foi algo restrito à ação de soldados, exércitos, efeito de tratados ou instalação de marcos divisórios, mas algo também visualmente construído nos meandros da própria instituição (Peña-Ortega).

No caso português, essa cultura visual institucional foi provocada pela precedência de uma outra praticada por exploradores, sertanistas e jesuítas, baseada em suas memórias de itinerário, trabalho e existência social. Como mostraram alguns autores para o caso das paisagens, estas expressam as seleções do olho do observador baseadas em suas emoções, sentimentos, memórias, utopias, enfim, antes que naturais, evocam culturas (Cosgrove; Schama). Assim, no ambiente da cultura visual colonial, essas camadas de memória espacial não foram somente aproveitadas, mas também sobrepostas por uma outra: a dos agentes imperiais.

No século XVIII, algumas dessas imagens produzidas fora da esfera do Estado foram usadas com objetivos petionários ou propagandísticos, subsidiando requerimentos e petições enviados ao Conselho Ultramarino por sertanistas ou cartas e livros escritos por jesuítas e difundidos por toda a Europa, em que narravam a memória de atuação da Companhia de Jesus na América.

Qual o potencial dessas imagens de provocar no Estado monárquico a percepção da necessidade de fomentar uma cultura visual institucional subsidiada

por mapas? Em que medida as visualidades de espaços, lugares e territórios construídas por esses agentes coloniais foram aproveitadas pelo Estado na construção da sua visualidade de soberania?

Este texto responderá a essas questões. Como já foi mostrado, a cultura visual cartográfica colonial institucional foi derivada das reformas do ensino da engenharia militar na Península Ibérica ou de seus conflitos geopolíticos em torno da demarcação de seus limites na América (Cortesão, *Alexandre de Gusmão*; Bueno; Furtado), mas, para além desses fatores externos ou provenientes dos dirigismos da elite de técnicos e letrados que gravitavam em torno do rei, existiram as contradições e as tensões internas ao ambiente colonial.

Portanto, assim como o mapa de Guillaume Deslile de 1720 foi capaz de impactar as decisões do governo português na política de mapeamento, ao denunciar sua ocupação arbitrária da foz do Amazonas e invasora dos domínios de Espanha e França na América (Cintra *et al.*, *A reforma cartográfica*, 195), outros, como o de um sertanista que reivindicava primazia sobre a ocupação e a exploração de terras nos sertões do Tibagi, região correspondente ao atual estado do Paraná, também tiveram a mesma potencialidade.

A abordagem contemporânea da experiência colonial mostra ainda o quanto esta só pode ser convenientemente apreendida sob a ótica de hibridismos, interseções e interrelações (Farago; Gruzinski). Os estados da época moderna, por sua vez, foram dependentes dos agentes sociais nas colônias e construíram suas ficções de Estados soberanos apoiados em seus conhecimentos geográficos e à custa de muita negociação (Garcia; Erbig; Lennox). Portanto, a cultura visual institucional está sendo entendida neste texto como ação de apropriação e uso da visualidade de campos e sertões de sertanistas e jesuítas para traduzi-los (Bauer e Arredondo) para uma agenda imperial cujos tópicos incluíam sertões conquistados, fronteiras e des-historicização de memórias grafadas nos espaços, territórios, lugares e paisagens.

Embora já exista uma historiografia sobre a produção cartográfica de jesuítas e sertanistas (Cardiff; Cortesão, *História do Brasil nos velhos mapas*; Oliveira; Barcelos; Dias), poucos pesquisadores a trataram como vetor de mudanças político-administrativas da Coroa (Rodrigues), tais como a instalação de governadores nas capitâncias encarregados de produzir representação visual das terras interiores do Brasil.

O uso dos roteiros e das notícias dos sertanistas, em especial para a confecção de mapas, também é muito mencionado pela historiografia, embora poucos demonstrem empiricamente como foi feito para o caso de Serro do Frio, região

dos diamantes em Minas Gerais (Rodrigues). A missão dos padres matemáticos Diogo Soares e Domingos Capassi (1730-1735), contratada por D. João V para percorrer o interior, fazer medições de longitude e desenhar mapas, é uma evidência da apropriação da concepção territorial sertanista pelos agentes da cultura visual institucional (Cortesão, *Alexandre de Gusmão*, v. 2, 21) com o objetivo de comunicar o conhecimento das terras interiores pela Coroa e seu preparo para negociar seus limites com a Espanha para a elaboração de um tratado (Rodrigues 130). Mas ainda faltam estudos mais densos sobre a missão que percorreu todo o sudoeste e o litoral do Brasil para reunir evidências mais categóricas de como se deu essa apropriação.

Questões como essas serão discutidas a partir da contratação de um governador português para governar a capitania de São Paulo, D. Luis de Souza Botelho Mourão (de 1765 a 1775) por apresentar algumas evidências de que a decisão da Coroa esteve associada à sua posição ainda deficitária na produção de material visual de terras limítrofes com os domínios de Espanha no sudoeste da América. Logo que, empossado esse governador, um adepto da importância da importância geográfica e do uso de mapas na correspondência oficial (Bellotto 97), apresentou ao rei e implementou um plano de exploração das vias de penetração fluvial dessa parte do território inclusiva da produção de imagens cartográficas. Estas construíram espaços, lugares e territórios conquistados através da apropriação dos roteiros (itinerários) de antigos sertanistas e de mapas de jesuítas, traduzindo-os para a agenda imperial por meio da referência a manuais de geografia, cartografia oficial, itinerários e descrições de soldados e fronteiras.

D. Luis fazia parte de uma geração de gestores coloniais oculocentristas, fomentadores da produção de imagens cartográficas como política e estratégia de comunicação oficial de territórios que des-historicizaram campos e sertões de jesuítas, sertanistas e índios para historicizá-los como sertões conquistados e fronteiras, tais como Gomes Freire de Andrade, governador geral do Brasil (1733-1773), Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, seu irmão, João de Albuquerque, ambos responsáveis por formar coleção e estimular a produção de mapas da capitania do Mato Grosso ou D. Antonio Rolim de Moura, envolvido em jornadas de mapeamento e medição de coordenadas dos locais que percorreu (Araujo).

A cultura visual entendida neste texto prioriza a visualidade, ou seja, sua construção, circulação, transmissão de dada informação e complementaridade com o documento escrito. A visualidade corresponde a outra dimensão da cultura visual, a processual, e, portanto, obriga o observador a olhar tanto para o

produtor como para o receptor do objeto visual (Mitchell; Menezes 31; Butto *et al.*). E, como imagens cartográficas são a base empírica deste texto, a cartografia entendida como processo (Edney) forneceu as diretrizes metodológicas para abordar as tensões, as relações e as contradições em torno do mapa.

Este texto foi dividido em duas partes. Na primeira, mostro a precedência de jesuítas e sertanistas na construção de uma cultura visual das terras do interior do Brasil no século XVIII e seus usos, bem como a influência que isso pode ter tido na escolha de um governador que implantaria uma cultura visual institucional como estratégia e política de comunicação de sertões e fronteiras a serem conquistados. Na segunda parte, mostro como esse governador usou amplamente imagens cartográficas em sua comunicação oficial e desenhou mapas, implantando uma estratégia e política de comunicação institucional amparada no visual, apropriando-se ainda da visualidade missionária e sertanista dos campos e dos sertões de parte do Brasil meridional.

Cultura visual de missionários e sertanistas: entre memórias e petições

Como bem pode ser evidenciado em uma pesquisa sobre o distrito diamantífero de Serro do Frio, em Minas Gerais do século XVIII, antes mesmo da sua exploração oficial, este já era tracejado em roteiros e mapas sertanistas (Rodrigues). De modo geral, sertanistas não assinavam seus mapas, mas pesquisas permitiram identificar o nome de três: José Ruiz de Oliveira, Cristovão Pereira e Simão Bueno. Um deles, Ruiz de Oliveira, chegou a oferecer seus serviços a um funcionário régio, o Cardeal da Mota, em 1731, para fazer um mapa (Cortesão, *Alexandre de Gusmão*, 18).

Desde o século XVI, circulavam na Europa imagens das principais vias fluviais de penetração na região do sudoeste da América, em especial a do Prata, que se estendia da capitania de São Paulo até Assunção e Buenos Aires. Essa região abrigava terras unidas por uma malha de rios e ribeirões que desaguavam no extenso rio Paraná e este na bacia platina (Bonato, “Articulando escalas”)³.

Desde esse período, esse espaço era percorrido como uma unidade geográfica compacta por um “amálgama de homens e mulheres de muitas regiões

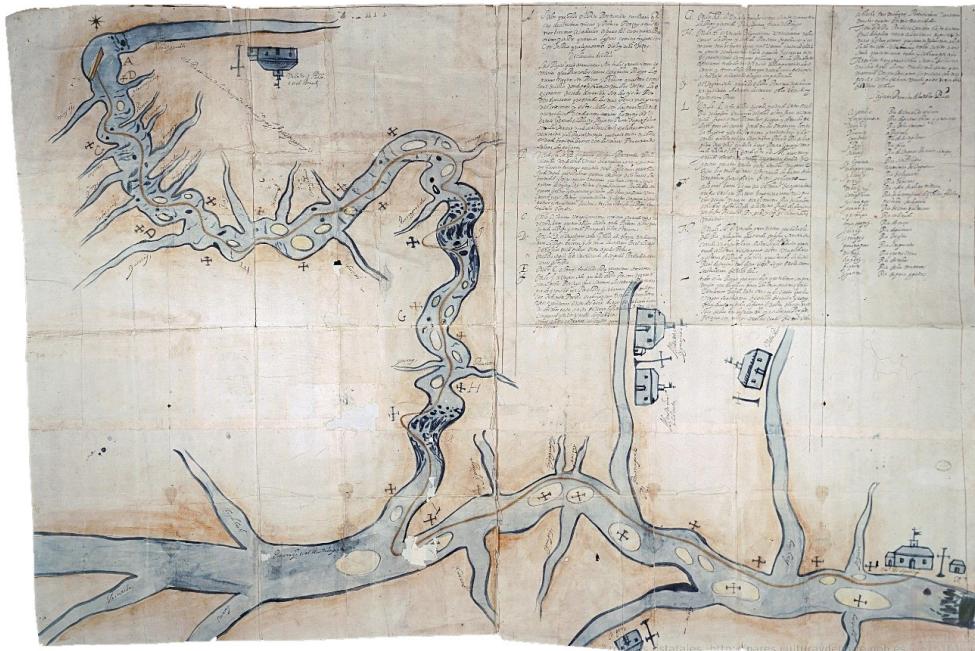
³ Baseada na tese de Bonato, a hidrografia está sendo tomada como um marcador da região.

distantes” que formavam um “cadinho de raças, os negros, mulatos, carijós e ‘bastardos’” (Boxer 213). Entre essa mestiçagem, estavam também sertanistas, mamelucos e suas bandeiras de aprisionamento de índios, comércio e exploração mineral (Holanda; Monteiro), e jesuítas. Todos eles lançaram, em mapas e desenhos, o *layout* das principais vias de penetração fluvial da região, tais como os rios Paraná, Iguaçu, Paraguai, Uruguai, Ivaí e tantos outros que posteriormente o governador D. Luis de Sousa Botelho Mourão se empenhou para serem representados em imagens cartográficas complementadoras de seus ofícios.

O mapeamento desse território platinio (Bonato, “Articulando escalas”), desde o período quinhentista, influenciou a maneira como as autoridades coloniais hispânicas pensavam suas políticas para a região e a definiam. Em 1610, a Espanha veiculou criar uma governação em territórios do Prata e, ao consultar o vice-rei do Peru, Marquês de Montes Claros, este acrescentou: “también se pudiera meter en esta Gobernación nueva la villa de San Pablo” (Cortesão, *Raposo Tavares*, 81).

A primeira imagem dessa região e de suas principais vias fluviais de penetração, representada em documento visual oficial pela Coroa portuguesa apenas a partir do século XVIII, já havia sido feita por governadores a serviço da Espanha que penetraram o coração desse território como o governador do Paraguai Luís Céspedes Xeria, que, em 1628 (Cavenaghi 2011; Cintra *et al.*; Bonato, “Articulando escalas”), desenhou um mapa com as sinalizações dos rios Ayembí (atual Tietê) e Paraná.

Ao descer o Paraná em direção ao Paraguai, esse governador declarou nos manuscritos complementares a esse mapa, enviado em cinco cópias para o rei da Espanha, D. Felipe IV, que o rio Paranapanema, situado em terras da capitania de São Vicente, era o limite setentrional de sua jurisdição (Cortesão, *Raposo Tavares*, 106-7). Tal dado significa que esse governador se considerava com direitos de administração sobre terras que se estendiam até o atual estado de São Paulo. Em 1912, esse mapa foi pela primeira vez publicado em uma compilação de documentos em quatro volumes sobre a atuação da Companhia de Jesus no Paraguai, feita pelo jesuíta Pablo Pastells (Cavenaghi). Tal documento, juntamente com outros relatos quinhentistas (Bonato, “Articulando escalas”), sugere a existência de uma matriz hispânica na construção da visualidade de boa parte do território o qual o governador D. Luis verteria para uma visualidade de sertões e fronteiras conquistadas pelos portugueses.



◆ FIGURA I.

Mapa do rio Anhembi (atual Tietê) e do Paraná, com seus afluentes, que Luis de Céspedes Jería, governador do Paraguai, percorreu ao entrar em sua jurisdição a partir do Brasil, papel, 78 x 116 cm

Fonte: AGI, MP, ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES, 17.

No século xx, essa memória espacial de autoria hispânica foi usada por historiadores regionalistas para construir a memória do território paulista, valorizando, contudo, apenas o símbolo gráfico da então vila de São Paulo —canto superior esquerdo do mapa— e classificando o desenho no seu todo como “mero roteiro ou topografia” (Cavenaghi 89). Tais historiadores, grandes escavadores de fontes em arquivos, não foram capazes de encontrar uma imagem das entranhas do território de autoria portuguesa produzida nos séculos XVI ou XVII, simplesmente porque estas inexistiam. Diferentemente das autoridades hispânicas, as portuguesas não cultivaram uma cultura visual do interior das terras platinas nem mesmo daquelas situadas a oriente da linha imaginária de Tordesilhas e que pertenciam aos seus domínios.

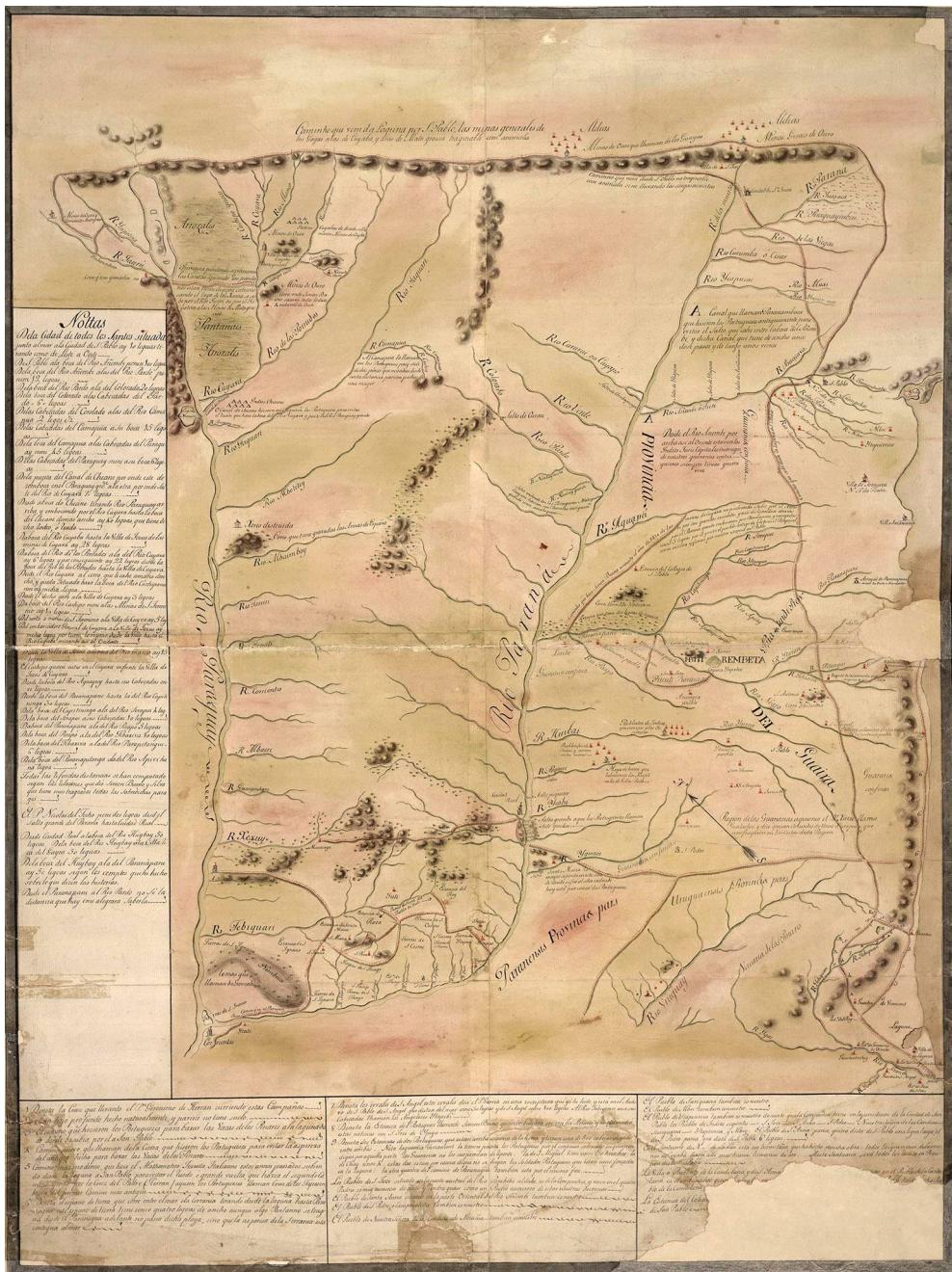
Conta Jaime Cortesão que um mapa jesuítico do Paraguai de 1647 desenhava a região do Guairá, atual estado do Paraná, onde viviam os índios Gualachos —correspondente ao nordeste desse mesmo estado—, estendendo-se até o rio Tietê. Esse dado associado com as divisões político-administrativas atuais significa que um terço do território do atual estado de São Paulo e todos os outros estados do Sul, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fariam parte dos países de língua hispânica na América do Sul, e que Argentina, Paraguai e Uruguai poderiam ter sido territorialmente muito mais extensos (Cortesão, *Raposo Tavares*, 180).

Essa cultura visual territorial seiscentista de existência de uma extensa região platina concebida geograficamente como um emaranhado de rios que corriam em direção a dois principais —o Paraná e o Paraguai— e desaguavam na bacia platina (Bonato, “Articulando escalas”) prosseguiu na cartografia jesuítica do século XVIII, como pode ser verificado no mapa abaixo, pertencente à coleção do governador D. Luis de Souza:

Esse mapa foi confeccionado por um jesuíta para complementar uma carta dirigida a outro membro da Ordem, como se deduz da leitura do texto —que usa a expressão “*nuestra compañía*” ao se referir a um outro padre—, e esclarecer visualmente a região platina até as minas de Goiás e Mato Grosso. Nele, todas as missões foram sinalizadas com imagens figurativas e mencionadas na legenda descriptiva situada em sua margem inferior.

A carta foi parcialmente transcrita por Jaime Cortesão (Cortesão, *Alexandre de Gusmão*, edição 1951, 115-126). Essa imagem cartográfica mostra um aspecto pouco estudado pela historiografia da Companhia de Jesus, ou seja, a sua epistolografia associada a recursos visuais. D. Luis de Souza e outros governadores de sua época adotariam o mesmo recurso, ou seja, empregar mapas para esclarecer as descrições, justificativas e argumentos do seu equivalente epistolográfico, ou seja, os ofícios.

De modo geral, a produção escrita da Companhia de Jesus é a que predomina na investigação (Fleck e Rogge). Ao identificar e colocar em diálogo os escritos e as imagens produzidos pelos inacianos, percebe-se o quanto continuaram a tradição de conquistadores e exploradores castelhanos de representar visualmente o coração das terras platinas e suas vias de penetração fluvial, locais onde foi instalada boa parte das missões. Foi essa cultura visual de interior de continente que a Coroa portuguesa teve de enfrentar no século XVIII para estampar tanto interna como externamente sua imagem de um Império estendido para as terras ocidentais da América.



→ FIGURA 2.

Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai e Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande

Fonte: BND, CMM, f. 63,5 x 86,2. [Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande]; col., desenhado a nanchim. 61,7 x 83 cm.

Na carta que acompanhava esse mapa, seu autor descrevia uma geografia que se estendia das Minas de Goiás aos Pinares, atual região da Vacaria no Rio Grande do Sul, mencionando os rios que estariam no crivo mapeador e desenhista da estratégia e da política de comunicação visual do governador D. Luis, tais como o Paraná e o Paranapanema:

De Sn. Pablo hasta la boca del rio Añembi por donde descarga em el Parana grande ciento [...] de la boca del rio Parana pane por donde por la parte del Leste descarga em el Parana grande hasta la del rio Tibaxiva.

(Cortesão, Alexandre de Gusmão, edição 1951, 116)

É consenso na historiografia que a cartografia jesuítica estava ligada ao seu projeto evangelizador (Barcelos; Xavier; Rubiés), e produzir conhecimento geográfico era uma maneira de a Ordem criar condições para o próprio funcionamento regional. Desde o século XVII, por exemplo, em virtude de ataques de sertanistas, várias missões foram obrigadas a se deslocar para outros locais. Caso clássico é o do Sete Povos das Missões, estabelecidos nas margens do rio Uruguai. Conhecimento geográfico, escrito ou desenhado era, portanto, uma maneira de otimizar a mobilidade quando esta fosse necessária.

Alguns autores identificaram na cartografia jesuítica uma função de propaganda das ações evangelizadoras (Rubiés 285; Dias). Alguns desses mapas, inclusive, foram usados para ilustrar a história de suas atuações em várias partes do globo. Nas *Lettres édifiantes et curieuses écrites des missions étrangères par quelques missionnaires de la Compagnie de Jésus* (1717), foi editado o mapa do rio Maranhão do padre Samuel Fritz, que sugeria a grande hegemonia da Companhia de Jesus sobre esse território (Dias 113).

Em 1755, Pedro Lozano publicou *Historia de la Companhia de Jesus de la Provincia del Paraguay* e, conforme concluem alguns historiadores, o *Mapa de las Misiones de la Compañía de Jesus*, do geógrafo e cartógrafo jesuítico José Quiroga, feito em 1749, tinha como destino imediato complementar esse escrito (Costa 155).

Essa cultura visual de território construída pelos missionários era entre-cruzada e misturada à dos sertanistas de São Paulo, pois ambos carregavam memórias diferentes, mas construídas na ação e na itinerância em espaços comuns. Como já foi mostrado por vários teóricos, espaço, território, lugar e paisagem não são mera topografia, mas cultura e memória (Cosgrove; Schama). Assim, enquanto os jesuítas viam essa região associada ao seu trabalho de

missionação, os sertanistas a vinculavam à exploração das minas auríferas, à condução e comércio de animais.

A historiografia menciona amplamente que, embora ainda traga poucas evidências, os padres se serviram dos roteiros dos sertanistas para confeccionar os seus mapas. O exibido na figura 2 fez uso de um outro sacado da própria mão do mameluco Simão Bueno (Cortesão, *Alexandre de Gusmão*, edição 1951, 115), cuja cópia é mostrada abaixo.



→ FIGURA 3.

O grande rio Maranhão ou Amazonas, com a missão da Companhia de Jesus geograficamente delineado pelo P. Samuel Fritz, missionário contínuo nesse rio. P. J. de N. Societatis Jesu, quondam in hoc Maranone missionarius, sculpebat. 10 leguas castellanas

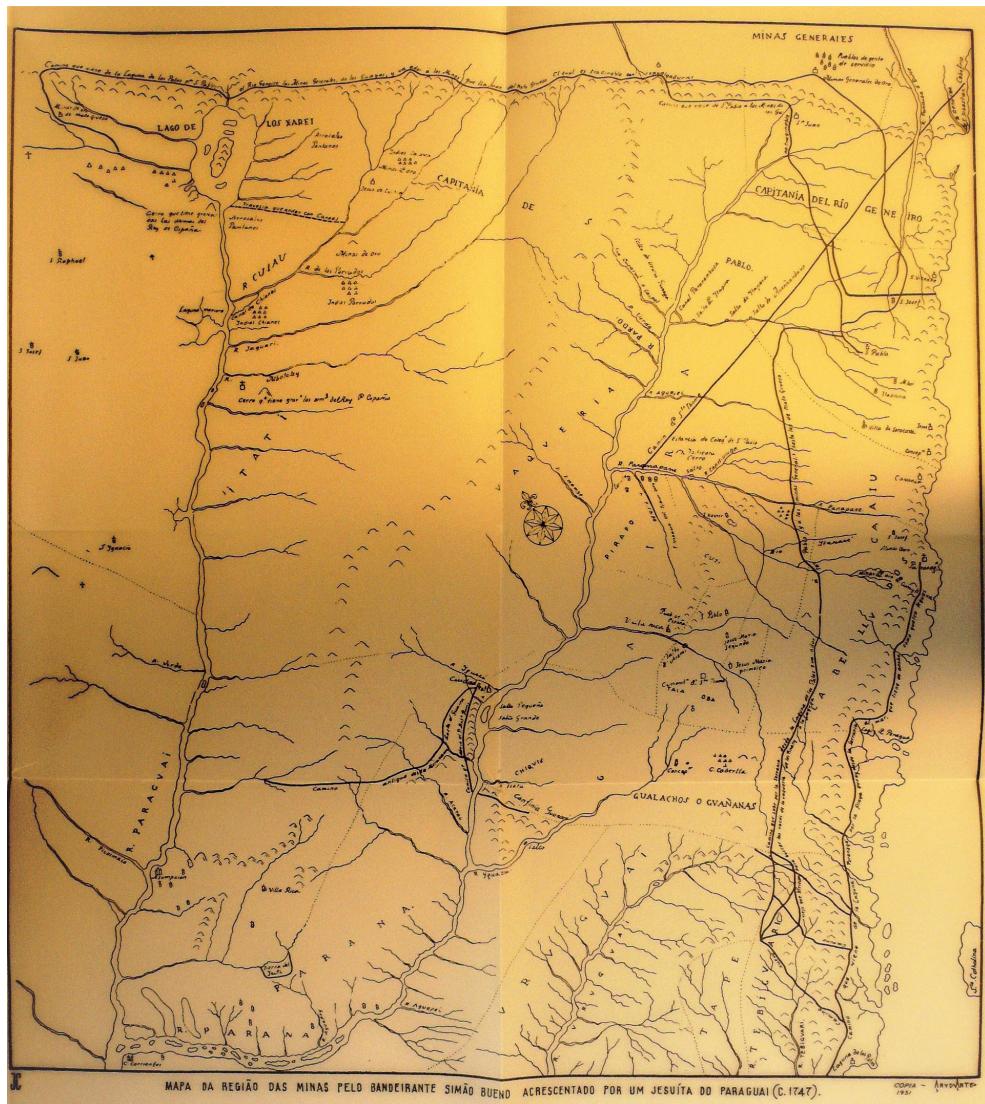
Fonte: BNF, g. El gran rio Marañon, o Amazonas, con la mission de la Compañia de Jesus geograficamente delineado / por el P. Samuel Fritz, missionero continuo en este rio. P. J. de N. Societatis Jesu, quondam in hoc Maranone missionarius, sculpebat. 10 leguas castellanas, 1707, 1 file en noir 490 x 315 cm.



◆ FIGURA 4.

Mapa das missões da Companhia de Jesus nos rios Paraná e Uruguai conforme as mais modernas observações de latitude e de longitude feitas nos povoados dessas missões, e as relações antigas e modernas dos padres missionários de ambos os rios pelo padre Joseph Quiroga, da mesma Companhia de Jesus, na província do Paraguai. Ano de 1749.

Fonte: BJCB, EC, Mapa de las Misiones de la Compañía de Jesús en los ríos Paraná y Uruguay [cartographic material]: conforme à las mas modernas observaciones de latitud y de longitud, hechas en los pueblos de dichas misiones, y à las relaciones antiguas y modernas de los Padres Missioneros de ambos ríos / por el Padre Joseph Quiroga de la misma compañía de Jesús en la provincia de el Paraguay. Año de 1749, elaborado por Ferdinandus Franceschelli sculp., an. 1753, 1 map on 4 sheets; 97 x 81 cm.



• FIGURA 5.

Mapa da região das Minas pelo bandeirante Simão Bueno, acrescentado por um jesuíta do Paraguai

Fonte: Cortesão, Alexandre de Gusmão. Alexandre e Gusmão e Tratado de Madrid. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, volume 2.

Desde o século XVII, exploradores de sertão ou sertanistas, como eram chamados os mamelucos de São Paulo, percorreram as vias terrestres e fluviais que formavam a região platina. As bandeiras de Antonio Raposo Tavares são uma das mais citadas e mereceram estudos monumentais. Seus integrantes devassaram os campos gerais, descendo pelos rios Iguaçu, Pequiri, Tibagi, Ivai (Cortesão, *Raposo Tavares*). Nas peregrinações pelos sertões para caçar e escravizar índios ou descobrir zonas minerais, esses sertanistas construíram uma *expertise* de práticos e conhcedores dessas terras do interior, forjaram sua própria identidade de Paulistas com “P” maiúsculo, como a eles se dirigiam as autoridades coloniais.

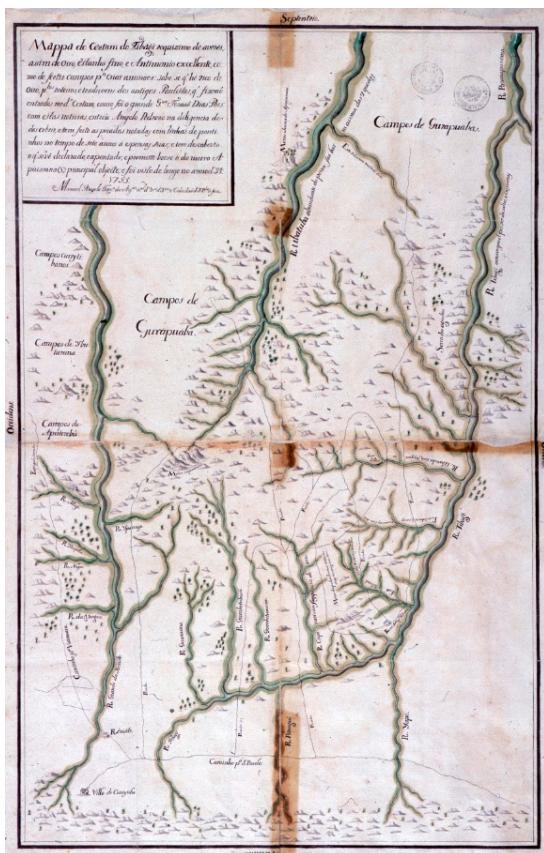
Mas essa *expertise* da geografia dos sertões, quando acompanhada de desenhos, inquietava as autoridades coloniais, pois, no século XVIII, eram revestidos de autoridade política tanto para a construção de impérios soberanos como para a reivindicação de direitos sobre terras (Lennox 4), como sugere o comentário feito por um secretário de Estado sobre um geógrafo genovês cujos serviços foram contratados avulsamente pela Coroa para escrever projetos de mapeamento e desenhar mapas na década de 1750:

um homem que tinha pisado tanto o sertão do Brasil e que não ignorava a geografia e topografia de muita parte destes vastos domínios, e que se sabia explicar não só na conversação mas também por carta geographica [...] não era justo deixa-lo ir para países estranhos, e que era mais conveniente socegar-lhe a paixão. (AHU, *ARJ*, 1756, cx. 50, d. 4983)

Esse secretário em mesmo ofício manifestou ainda seus temores com relação aos sertanistas de São Paulo, como um chamado Angelo Pedroso e seus trânsitos pelas terras do Tibagi englobadas pela vasta região platina. Segundo ele, “este Tibagi nos dá sempre em que cuidar”. Esse sertanista queria “justificar ter entrado no sertão do Tibagi ter dado princípio a descobrir as minas de que já trouxe as amostras” (AHU, *ARJ*, 1756, cx. 50, d. 4983).

Acontece que esse sertanista sabia conversar sobre território por carta geográfica e havia contratado um escrivão da câmara, Manuel Angelo Figueira de Aguiar, que, em 1755, desenhou o mapa abaixo para endossar sua petição de direitos de exploração sobre essas terras enviada ao Conselho Ultramarino (AHU, *ASP*, 1755, cx. 4, d. 282).

Era justamente comunicar por desenho, ou seja, construir uma cultura visual das terras do interior de uma região ibérica, como a platina, que a Coroa portuguesa tinha de aprender para sobrepor as suas imagens territoriais às dos



→ FIGURA 6:

Mappa do certam do Tibagi
riquissimo de averes assim
de oiro, estanho fino e
Antimonio Excelente, como
de fertiz campos para criar
animaes: sabe-se q. hé
rico de oiro, pos. roteiros,
e tradiçoens dos antigos
Paulistas q. fizerão entradas
no do. [dito] Certam

Fonte: AHU, CCIM, I carta ms.: color., desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm.
<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301591>

sertanistas e jesuítas. Assim, para enfrentar esse problema, a Coroa decidiu investir na reforma do ensino da engenharia militar e contratar governadores de perfil oculocentrista e engajados na produção de conhecimento cartográfico.

A escolha de D. Luis de Souza como governador da capitania de São Paulo fez parte, portanto, de um plano mais amplo de fomentar o desenvolvimento de uma cultura visual institucional das terras platinas diante das pressões dessa cultura visual preexistente e para superar o déficit do Império de registro visual dessa região de soberania incógnita ocupada por grupos indígenas autônomos ou missionados, percorrida por sertanistas e que, desde o século XVII, anunciava ser rica em jazidas auríferas e de diamantes (Reis).

No próprio projeto escrito por esse governador em julho de 1768, cinco meses antes de iniciar os trabalhos de mapeamento da região, já era mencionada a razão de sua contratação: as representações feitas em 1764 por um coronel e “outros Paulistas” para penetrarem os matos de Guarapuava até a Serra Apucarana (AHU, *ASP*, 1768, cx 25, 24II).

Assim, dizia que desde o princípio de seu governo tinha resolvido: Abrir as portas a extensão dos domínios de S. M [...] até o rio da Prata e lançar os fundamentos a este grande projeto. Depois da expedição do Ivaí [...] avisei a V. Exma em carta [...] que era preciso semelhante expedição pelo rio do Registro —também chamado Iguaçu e que conserva este nome atualmente— [...] segurar a fronteira em primeiro lugar. (AHU, *ASP*, 1768, cx 25, 2411)

E, para dar visualidade às suas intenções e encher os olhos do secretário com expectativas de soberania sobre uma região disputada, D. Luiz complementou o seu projeto com um desenho que, como será visto adiante, sugere ter sido feito por ele próprio, e que representa um sertão e fronteira que ainda viriam a ser construídos como conquistados:

e principiando nós a estender ao Norte, e Sul daquela fronteira damos as mãos com a outra expedição de João Miz e com as Fortalezas do Rio Pardo, e fica fechado todo o continente interior que medeá desta capitania até aquella Raya, que vay demarcada no Mappa, entre as duas linhas das cores vermelha e amarela. (AHU, *ASP*, 1768, cx 25, 2411)

Essa crença do governador no valor da imagem integrada ao escrito para comunicar o levava a instruir seus funcionários e soldados na responsabilidade de registrar toda a novidade que observassem: “escreva em um Diário, e este será escripto, e declarado com tanta certeza e verdade, que delle se possão traduzir relações, e Mappas dignos de todo o credito, e estimação” (BDUEP, *DIHCSP*, v. 19, 1768 276).

A imagem cartográfica era usada também para endossar outros argumentos, como mostrar que a empresa de exploração dos sertões não era missão para a “força” reduzida dos sertanistas, ou seja, não tinham mais exércitos de escravos indígenas como no passado:

“Dei mesmo conta pela Secretaria de Estado em cartas de 21 e 22 de Mayo de 1768, com um grande *Mappa* a elas junto, ponderando a V. Exca que nenhum Vassalo tinha as devidas e proporcionadas forças para esta empresa”. (BDUEP, *DIHCSP*, v. 34, 1768, 345) (É ênfase da autora)

A própria Coroa, deficitária de imagens das terras interiores, demandava em ofícios dirigidos aos governadores a produção de desenhos, pois, como respondeu D. Luis a um deles:

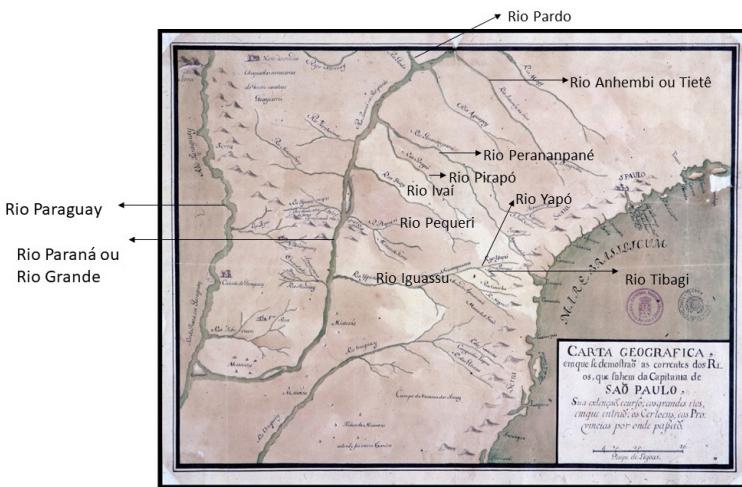
Com este mappa que vay junto à carta que a V. Exca dou da idea das expedições satisfaço juntamente a o que V Exca me ordena da parte de S. Mag [...] em carta de 22 de julho de 1766, determinando me faça remeter uma carta chorografica/inda que não seja exatamente calculada/ de todas as povoações que há desde a capitania de São Paulo até as chapadas. (AHU, *ASP*, 1768, cx 25, 2410)

Uma cultura visual institucional mista: mapas oficiais decalcados das lições de geografia de sertanistas e missionários

O engajamento do governador D. Luis na produção de uma cultura visual institucional fundamentada em mapas pode ser explicado à luz de uma problemática mais ampla dos Impérios no século XVIII, ou seja, o status de império soberano exigia mapas e esses documentos deveriam ser criações imperiais. Conhecimento geográfico, por sua vez, dava sustentação ao discurso do Império (Lennox 172).

A cultura visual institucional, contudo, era dependente da visualidade espacial do interior do continente forjada por sertanistas e jesuítas, como pode ser observado ao contrastar o projeto de exploração do Tibagi, proposto pelo governador D. Luis, com um mapa encontrado na coleção do Conselho Ultramarino e que, pelo espaço representado, direção e elementos topográficos destacados, sugere ser um delineado por ele próprio, como declarou em ofício. No cartucho, o próprio título destacava os rios como o assunto geográfico principal: “Carta Geografica em que se demonstram as correntes dos rios, os que sahen da capitania de SÃO PAULO, sua extenção e curso; e os grandes rios, em que entrão”. Em seu ofício de encaminhamento, referia-se à ideia de explorar os sertões do Tibagi como: “minha original e estou formalizado nella com uma larga instrução de todos os rios navegáveis como a vossa V. Exca exponho no *mappa que delineei*, e que lhe remeto para me fazer perceptível” (AHU, *ASP*, 1768, cx 25, 2411).

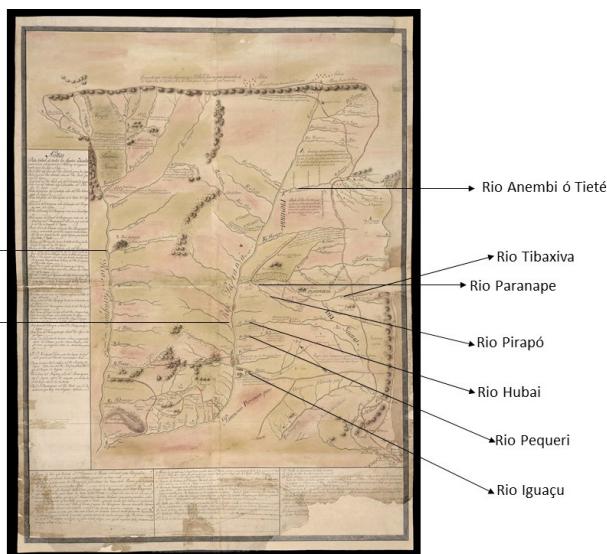
Os rios navegáveis referidos pelo governador e que dariam entrada no que ele chamava “sertões do Tibagi” eram alguns tributários da margem direita do Rio Paraná. Todos esses rios, com exceção apenas do Yapó, também foram mostrados no mapa na figura 2 e trabalhados abaixo:



• FIGURA 7.

Carta geográfica em que se demonstrão as correntes dos rios que sahem da capitania de São Paulo : sua extensão e curso e os grandes rios em que entram os certoens e as províncias por onde passam Escala [ca.i: 4.000.000]. Destaques feitos pela autora

Fonte: AHU, CCIM. 1 carta ms: color., desenho a nanquim; 32 x 42,3 cm em folha 34,2 x 44,3 cm. [ca. 1767]. Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino.



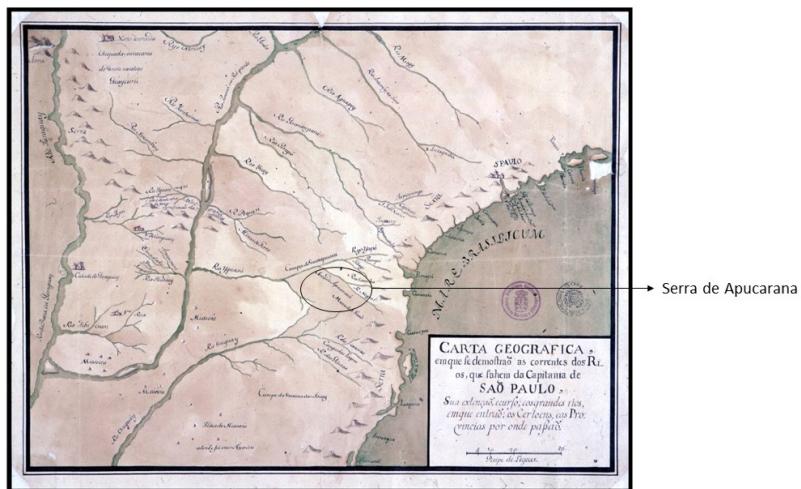
• FIGURA 8.

Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande. col., desenhado a nanquim. 61,7 x 83 cm

Fonte: elaboração própria a partir de BND, CMM, f. 63,5 x 86,2.

Na medida em que esse mapa fazia parte da coleção de D. Luis, a hipótese de ele o ter utilizado para delinear o seu próprio, estampado na figura 7 é aceitável. O fato ainda de lançarem os mesmos rios que davam entrada aos sertões do Tibagi reforça a evidência de apropriação da visualidade espacial de um pelo outro. A cultura visual institucional portuguesa nas mãos desse governador significa verter a espacialidade da região platina produzida por jesuítas e em língua espanhola para uma outra composta por mapas com enunciados em português, produzidos por governadores ou outros funcionários e com a função de esclarecer ofícios cujos conteúdos apresentavam projetos ou descreviam ações de penetração territorial.

A serra de Apucarana era um marcador geográfico das notícias e dos roteiros sertanistas, que a consideravam um reservatório de ouro. D. Luis se apropriou desse marcador e o reespecializou para a agenda imperial portuguesa. Se os sertanistas a consideravam mais perto da fronteira com os domínios de Espanha, D. Luis a trouxe para mais perto do litoral. Em suas palavras, “A serra do Apucaraná segundo eu posso conjecturar dos roteiros antigos e notícias velhas, concidero eu muito mais perto de nós do que da dita serra à fronteira que nos convem ocupar” (AHU, *ASP*, 1768, cx 25, 2411).

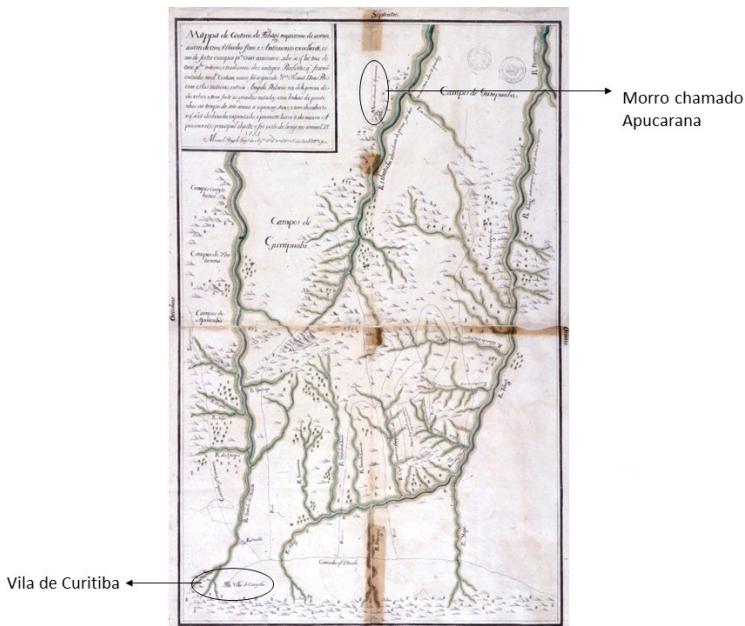


• FIGURA 9.

Carta Geográfica em que se demonstram as correntes dos rios, que saem da capitania de São Paulo, sua extensão e curso, e os grandes rios, em que entram os sertões, e as províncias por onde passam.

Fonte: elaboração própria a partir de AHU, CCIM.

No mapa encomendado pelo sertanista Angelo Pedroso, cuja projeção colocou o oeste na parte superior e o leste na parte inferior, pode-se observar o quanto a serra de Apucarana está distanciada do litoral e mais próxima dos domínios hispânicos:



◆ FIGURA 10.

Mappa do certam do Tibagi riquissimo de averes assim de oiro, estanho fino e Antimonio Excelente, como de fertiz campos para criar animaes: sabe-se q. hé rico de oiro, pos. roteiros, e tradiçoes dos antigos Paulistas q. fizerão entradas no do. [dito] Certam

Fonte: AHU, CCIM, I carta ms.: color., desenho a nanquim; 63,8 x 40,3 cm em folha 66,7 x 43,3 cm.
<http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301591>

Mas a apropriação e a conversão da memória espacial sertanista para a agenda oficial de mapeamento significava também fazer da serra de Apucarana algo ainda não descoberto e apenas prometido: “que pelos roteiros antigos, e tradição dos Paulistas, *se nos prometem* naquelas terras riquezas grandes, *as quais até agora não tem sido descubertas*” (AHU, ASP, 1768, cx 25, 2411).

Caberia, portanto, aos soldados das expedições de mapeamento, muitos deles, inclusive, práticos do sertão, realizarem as viagens e entradas oficiais para concretizar em descobrimentos as ditas promessas dos sertanistas. No entanto,

subjacente à visualidade do governador D. Luis, estava a dos próprios sertanistas, como ele mesmo demonstrou em sua fala:

“com este mapa que vay junto [...] dou idea das expedições satisfaço juntamente ao que V. Exa. me ordena da parte de S. Mage. [...] determinando-me faça remeter huma carta chorografica (ainda que não seja exatamente calculada) [...] em cuja observância deliniey, e procurei fazer a carta que remeto [...] ainda que hé muito pouco o que se sabe do interior deste Certão, porem eu me vali de muitos roteiros, e notícias, combinando humas cousas com as outras, e procurando averiguar com o maior cuidado todos os pontos duvidosos e pode ser que esta seja a carta de menos erros que athe aqui tem havido deste continente. (AHU, ASP, 1768, cx 25, 24II)

Tal ponto conduz ao caráter híbrido da cultura visual colonial, construída pela relação ambivalente entre autoridades coloniais não detentoras de memória espacial empírica da colônia e que, portanto, reconheciam e se apropriavam da espacialidade de antigos colonos e práticos e a traduziam para a visualidade imperial. Tal atitude significava modificar o seu sentido ou colocar em dúvida o conhecimento prático dos habitantes da colônia, ao invés de simplesmente o apagar, como alguns autores concluíram (Cañizares-Esguerra 129).

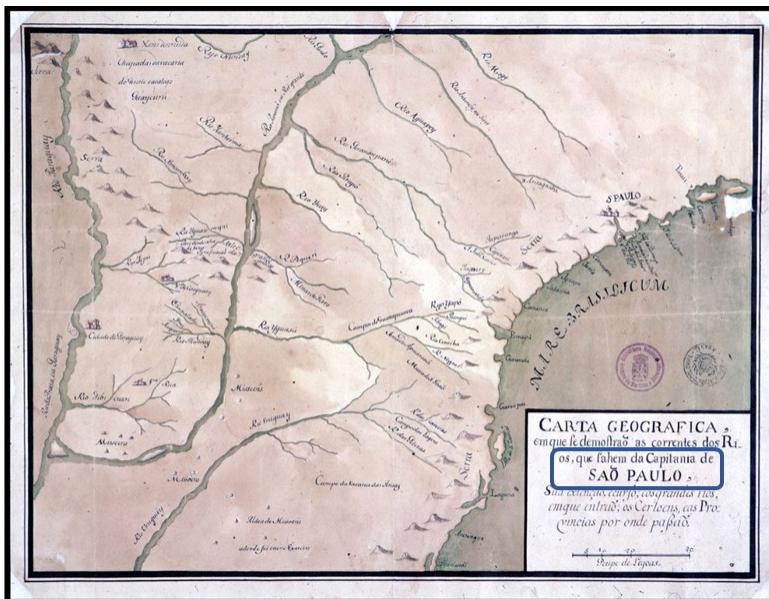
Uma estratégia discursiva do governador na tradução da espacialidade sertanista para a agenda imperial era colocá-la em paralelo com a dos engenheiros militares, admitindo a existência da primeira, mas considerando ser mais certa a segunda, substituindo a fonte de embasamento:

Neste mappa segui a opinião de José Custódio de Sá e Faria, porem há roteiros que figurão o Rio Tibagy e abaixo delle o Ivay. Outros figuram estes dois rios correndo direito a Paraná. Outros dizem ser o Tibagy o próprio Rio do Registro, e a opinião que sigo me parece ser a mais certa. (AHU, ASP, 1768, cx 25, 24II)

A mesma estratégia foi aplicada ao nome do rio Tibagi, usado para intitular o seu projeto de mapeamento. Originalmente, o nome é indígena e foi apropriado pelos sertanistas, e o governador o associou aos enquadramentos espaciais da geografia técnica e erudita de Sebastián Fernandes Medrano:

O grande sertão chamado vulgarmente pelos Paulistas do Tibagy por ficar da parte d’além deste rio, que principiando junto ao registro de Curitiba corre do sul para o norte/de *cujo continente trata na sua Geografia Medrano.* (AHU, ASP, Alfredo Mendes Gouveia, cx 27, doc. 2526, 1770)

Por fim, existia-se uma tradição de representação visual do amplo território da bacia platina construída por exploradores e governadores castelhanos e jesuítas, bem como sertanistas que levava as vias fluviais de penetração no coração do território para o estuário do rio da Prata; o cartucho de D. Luis deslocava para a capitania de São Paulo, em letras maiúsculas, esta via principal de penetração:



◆ FIGURA II.

Carta Geográfica em que se demonstram as correntes dos rios, que saem da capitania de São Paulo, sua extensão e curso, e os grandes rios, em que entram os sertões, e as províncias por onde passam.

Fonte: AHU, CCIM.

Conclusões

Este texto discutiu a cultura visual colonial através de mapas, entendendo-os como fixadores de visualidades da vasta região platina que se estendia do rio da Prata à capitania de São Paulo. Tais mapas foram produzidos por autoridades coloniais castelhanas, sertanistas e jesuítas. Isso significa que a cultura visual colonial foi um campo de atuação de vários agentes sociais. Cada qual, contudo, expressava visualidades de territórios, espaços e lugares de acordo com

susas memórias e tradições. As imagens que estampavam essas visualidades foram usadas tanto para divulgar suas histórias como para peticionar.

No século XVIII, jesuítas e sertanistas deram continuidade a essa tradição castelhana e estrangeira de representação do extenso espaço platino e sua malha fluvial que penetrava território adentro da América em virtude do avanço da colonização para o interior e aumento das disputas pelo acesso à terra e seus recursos naturais. Nesse contexto, a Coroa portuguesa viu-se acuada pela condição deficitária de representação visual que comprovasse seu conhecimento do território e inventasse a sua memória espacial de terras conquistadas e soberanas.

No século XVIII, mapas eram instrumentos políticos, e o discurso imperial dependia de imagens. Governadores, como D. Luis, foram mediadores da criação de uma cultura visual institucional inclusiva de mapas e ele próprio delineou mapas. No ambiente colonial, nada escapa do hibridismo e, sobre os traçados de visualidades territoriais de sertanistas e jesuítas, governadores traduziram campos e sertões historicamente percorridos e trabalhados por vários agentes sociais em sertões e fronteiras descobertos e conquistados de acordo com uma agenda imperial.



B I B L I O G R A F I A

I. FONTES PRIMÁRIAS

A. Arquivos

Archivo General de Indias (AGI)

Mapas (*MP*)

ES.41091.AGI//MP-BUENOS_AIRES,17.

Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal, Lisboa (AHU)

Alvusos de Rio de Janeiro (*ARJ*)

Alvusos de São Paulo (*ASP*)

Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita (*CCIM*)

Biblioteca Nacional de Brasil, Rio de Janeiro (BND)

Coleção Morgado de Mateus (*CMM*)

Biblioteca John Carter Brown, Estados Unidos, Providence (BJCB)

Entire Collection (EC)

Biblioteca Nacional da França, Paris (BNF)

Gosselin (G)

Biblioteca Digital da Universidade Estadual Paulista, Brasil, São Paulo (BDUEP)

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (DIHCSP)

B. Impressos

Doc n. xv. Relação dada por Simão Bueno a um padre jesuíta, acompanhada de um mapa parcial do Brasil e das missões do Paraguai (1748?). Cortesão, Jaime, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1750). Antecedentes do Tratado. Tomo II. Documentos anotados e organizados por Jaime Cortesão. Ministérios das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1951, pp. 115-126.

II. FONTES SECUNDÁRIAS

Alden, Dauril. *Royal government in colonial Brazil: With special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley: University of California Press, 1968.

Araujo, Renata Malcher. “A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 20, n.º 1, 2012, pp. 41-76. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142012000100003>

Alegria, Maria Fernanda, Suzanne Daveau, João Carlos Garcia y Francesc Relaño. “Portuguese Cartography in the Renaissance”. *The History of Cartography: Cartography in the European Renaissance*, editado por David Woodward. Chicago: University Chicago Press, 2007, pp. 975-1068.

Barcelos, Artur Henrique Franco. Expedições jesuíticas e cartografia americana: séculos XVII e XVIII. 3º. *Simpósio ibero-americano de história da cartografia. Agendas para a história da cartografia ibero-americana*. São Paulo, abril de 2010.

Bauer, Ralph e Jaime Marroquín Arredondo. “Introduction: An age of translation”. *Translating Nature: Cultural-cross histories of early modern Science*, editado por Bauer, Ralph e Arredondo, Jaime Marroquín. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019, pp. 1-13.

Bellotto, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Ed. Alameda, 2007.

- Boxer, Charles.** *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.
- Bonato, Tiago.** “Mapas manuscritos, práticas de espaço e conhecimento geográfico na bacia platina (sécs. XVI e XVII)”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2020, pp. 1-19. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.81647>
- . “Articulando escalas: cartografia e conhecimento geográfico da Bacia Platina (1515-1628)”. Tese doutoral em História, Universidade Federal do Paraná, 2018.
- Buisseret, David.** “Spanish Colonial Cartography, 1450-1700”. *The History of Cartography: Cartography in the European Renaissance*, Editado por David Woodward. Chicago: University of Chicago Press, 2009, pp. 1143-1171.
- Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira.** *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: EduSP, 2010.
- Butto, Ana, María José Saletta e Dánae Fiore.** “Cultura visual de cazadores Shelt’nam/ Haush y Yámana/Yagán de Tierra del Fuego: una comparación entre fotografías, textos y artefactos arqueológicos”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2018, pp. 1-19. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.72853>
- Cardiff, Guillermo Furlong.** *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, Ltda, 1936.
- Cañizares-Esguerra, Jorge.** *Nature, Empire and Nation: Explorations of the History of Science in the Iberian World*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- Cavenaghi, Airton José.** “A construção da memória historiográfica paulista Dom Luiz de Céspedes Xeria e o mapa de sua expedição de 1628”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 19, n.º 1, 2011, pp. 81-113. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142011000100003>
- Cintra, Jorge Pimentel, José Rogério Beier e Lucas Montalvão Rabelo.** “Affonso de Taunay e as duas versões do mapa de D. Luis de Céspedes Xeria (1628)”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 26, 2018, pp. 1-53. <https://doi.org/10.1590/1982-02672018v26e33>
- Cintra, Jorge Pimentel, Rafael Henrique Oliveira e Flávio Guilherme Vaz de Almeida Filho.** A reforma cartográfica de Deslile e seu impacto na cartografia da América do Sul do Brasil. *3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 26 a 28 de outubro de 2016.
- Cortesão, Jaime.** *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. Antecedentes do Tratado. Documentos organizados e anotados por Jaime Cortesão*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1951, tomo II, p. 115-126.
- . *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1965.
- . *Alexandre e Gusmão e Tratado de Madrid*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, tomo I y II.

- . *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Fundap, 2012.
- Cosgrove, Denis E.** *Social formation and symbolic landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.
- Costa, Maria de Fátima.** *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999.
- Dias, Camila Loureiro.** “Jesuit maps and political discourse: The Amazon river of father Samuel Fritz”. *The Americas*, vol. 69, n.º 1, 2012, pp. 95-116. <https://doi.org/10.1017/S0003161500001814>
- Dym, Jordana e Karl Offen.** *Mapping Latin America: A cartographic reader*. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.
- Edney, Matthew H.** *Cartography: The ideal and its History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.
- Erbig, Jeffrey.** “Borderline offerings: Toderías and mapmakers in the Eighteenth-century Río de la Plata”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 96, n.º 3, 2016, pp. 445-480. <https://doi.org/10.1215/00182168-3601646>
- Farago, Claire.** *Reframing the Renaissance: Visual culture in Europe and Latin America*. New Haven & London: Yale University Press, 1995.
- Fleck, Eliane Cristina Deckmann e Jairo Henrique Rogge.** *A ação global da Companhia de Jesus: embaixada política e negociação*. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- Furtado, Júnia Ferreira.** *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- Garcia, Elisa Fruhauf.** “As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa”. Tese doutoral em História, Universidade Federal Fluminense, 2007.
- Gruzinski, Serge.** *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Holanda, Sérgio Buarque de.** “Um mito geopolítico: a ilha Brasil”. *Tentativas de mitologia*, editado por Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979, pp. 61-85.
- Kretschmer, Konrad.** *Historia de la geografía*. Barcelona: Editorial Labor, S. A., 1942.
- Lennox, Jeffers.** *Homelands and Empires: Indigenous space, imperial fictions, and competition for territory in Northeastern North America, 1690-1763*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

- Menezes, Ulpiano T. Bezerra.** “Fontes visuais, cultuar visual, história visual. Balanço propositório, propostas cautelares”. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n.º 45, 2003, pp. 11-36. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>
- Mitchell, W. J. T.** “Showing seeing: A critique of visual culture”. *Journal of visual culture*, vol. 1, n.º 2, 2002, pp. 165-181. <https://doi.org/10.1177/147041290200100202>
- Monteiro, John Manuel.** *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Oliveira, Tiago Kramer de.** “Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)”. Tese doutoral em História, Universidade de São Paulo, 2012. <https://doi.org/10.11606/t.8.2012.tde-15042013-115015>
- Olmedo, Ernesto y Tamagnini.** “La frontera sur de Córdoba a fines de la Colonia (1780-1809). Guerra, saber geográfico y ordenamiento territorial”. *Fronteras de La Historia*, vol. 24, n.º 1, pp. 36-72. <https://doi.org/10.22380/20274688.526>
- Peña-Ortega, Javier.** “Ingenieros militares en el río Atrato: cartografía y comercio (1760-1790)”. *Fronteras de la Historia*, vol. 25, n.º 1, pp. 76-101. <https://doi.org/10.22380/20274688.858>
- Reis, Nestor Goulart.** *As Minas de ouro e a formação das capitâncias do sul*. São Paulo: Via das Artes, 2013.
- Rodrigues, Carmem Marques.** “Os mapas das pedras brilhantes: a cartografia dos sertanistas, dos engenheiros militares e dos padres matemáticos sobre o distrito Diamantino do Serro do Frio (1714-1771)”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.
- Rubiés, Joan-Pau.** “Ethnography and cultural translation in the early Modern Missions” *Studies in Church History*, vol. 53, 2017, pp. 272-310. <https://doi.org/10.1017/stc.2016.17>
- Russell-Wood, A. J. R.** “O movimento na palavra e na imagem”. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, editado por Russell-Wood, A. J. R. Portugal: Difel, 1999, pp. 323-342.
- Safier Neil.** *Measuring the new world: Enlightenment science and South America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226733562.001.0001>
- Santos, Milton.** *A natureza do espaço*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- Schama, Simon.** *Landscape and Memory*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1995.
- Xavier, Newton da Rocha.** “No solo regado a sangue e suor: a cartografia da província jesuíta do Paraguai (século XVIII)”. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2012. <https://doi.org/10.11606/d.8.2012.tde-12122012-110734>